

# **Comunicação entre escola e família: criando um ambiente doméstico favorável ao gosto pela leitura**

Eduardo Agostinho Comassetto\*

## Resumo

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a possibilidade de uma comunicação mais eficiente entre escola e família para o bom desempenho do processo ensino-aprendizagem. A partir disso, discute a relevância do conhecimento em torno do processo educativo que prevê a construção do saber em que aluno e mestre adquirem conhecimento enquanto ensinam e aprendem. Aborda os preceitos teóricos de Vygotsky e Paulo Freire e o pioneirismo da Escola Nova no Brasil. Discute Pierre Bourdieu na tentativa de visualizar um caminho que possibilite à escola transformar a realidade dos alunos das classes populares e não apenas reforçar as diferenças preexistentes. Faz uma comparação entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e um Sistema Nacional de Educação com o intuito de sugerir que a escola crie uma via de comunicação direta e mais eficiente com as famílias e intervenha no meio doméstico para construir um ambiente favorável ao gosto pelo estudo por parte dos alunos, especialmente, no que se refere ao hábito da leitura. Conclui apontando que a escola tem dificuldades em trazer a realidade do aluno para o ambiente escolar e que o real de algumas famílias não motiva a criança para que aprecie a leitura. Por isso, sugere que profissionais de educação atuem junto das famílias para transformar o ambiente doméstico num espaço saudável para o estudo. Palavras-chave: Hábito de leitura. Ler. Escola e família. Ensino-Aprendizagem.

---

\*Jornalista, especialista em Comunicação Audio Visual e mestrando em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, *Campus* Joaçaba; duca\_25@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços tecnológicos havidos atualmente, a escola, por vezes, dá demonstração de que não está em sintonia com o mundo de hoje. A escola tradicional, no seu tempo, preferia não levar em conta a realidade do aluno. Fruto de um momento histórico, ela perdeu, aos poucos, um espaço que dominou por muitos anos. Na atualidade, dificilmente admite-se a possibilidade da adoção daqueles métodos que preconizavam um ensino de fora para dentro, de um olhar único. No entanto, essa realidade ainda está presente em nossas escolas. Pesquisas mostram que nossos professores, educados na escola tradicional, têm dificuldade de permitir que os alunos tragam para a sala de aula a realidade que os cerca para que, assim, juntos, construam ou reconstruam saberes. Os dois, como diria Freire (1996, p. 25), num processo de “[...] quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” Pelo lado do aluno parece inexistir uma motivação para que ele observe a possibilidade de apresentar seu mundo e buscar entendê-lo para vê-lo transformar-se. O canal de comunicação entre escola-aluno-família parece estar longe de ser uma via dinâmica, com circulação de informações e troca de conhecimentos.

Diante disso, este trabalho tenta visualizar um caminho que possibilite à escola transformar a realidade dos alunos, sugerindo um processo que prevê uma intervenção no ambiente doméstico para favorecer o bom desempenho do processo ensino-aprendizagem.

Para atingir este objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com autores como Vygotsky (2004), Paulo Freire (1996) e Pierre Bourdieu (1992), principalmente. Também foram feitas pesquisas na rede de computadores para recuperar artigos pertinentes ao tema. Utilizou-se uma pesquisa de campo de um trabalho de mestrado da Unesco, Joaçaba, realizado com professores do primeiro ano do ensino fundamental e uma outra pesquisa de campo junto às famílias com crianças de pré-escolar e primeiro ano do ensino fundamental.

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira, há uma discussão em torno da importância do conhecimento da realidade do aluno por parte do mestre para o sucesso do processo ensino/aprendizagem, usando como referência Vygotsky e Paulo Freire, em que se aborda o desconhecimento de mui-

tos mestres em torno das teorias da construção do conhecimento. Na segunda, faz-se um breve histórico do amadurecimento da ideia da criação do Sistema Nacional de Educação Brasileiro comparando-o ao Sistema Único de Saúde com o intuito de sugerir uma estrutura semelhante para a Educação, no sentido de criar um canal de comunicação mais eficiente entre a escola e a família. Depois, no terceiro, baseado na pesquisa com pais de alunos, é relatada a ausência do hábito de leitura em casa, bem como, de literatura infantil no seio familiar. Com a ajuda dos preceitos de Pierre Bourdieu discorre-se sobre a dificuldade da escola em transformar alunos menos favorecidos em apreciadores da leitura e da escrita. E na conclusão, tenta-se propor uma nova alternativa para melhorar a via de comunicação entre escola e família.

## **2 A REALIDADE DO ALUNO COMO CONDIÇÃO FUNDAMENTAL**

Encontra-se em Vygotsky a orientação para o mestre ter especial cuidado com os antecedentes do aluno. Sem essa preocupação, o trabalho de quem ensina corre o risco de se tornar uma via de mão única, isto é, a prevalência do conhecimento do professor anula o fundamental saber estabelecido de quem aprende. Para o autor, “[...] a educação se faz através da própria experiência do aluno, a qual é inteiramente determinada pelo meio, e nesse processo o papel do mestre consiste em organizar e regular o meio.” (VYGOTSKY, 2004, p. 67). Mais adiante, Vygotsky reforça a ideia de que só pode chamar a atenção da criança, aquilo que tem relação com o mundo onde ela vive. Ele diz que este princípio deve ser aplicado desde os primeiros anos do aprendizado, quando predomina o processo lúdico das relações e a brincadeira é uma forma natural de trabalho própria da criança, uma forma de atividade e também uma preparação para a vida futura, “[...] que se construa todo o sistema escolar em contiguidade imediata com a vida, que se ensine às crianças aquilo que as interessa, começando pelo que elas conhecem e naturalmente lhes estimule o interesse.” (2004, p. 117). O papel de quem educa passa por um profundo conhecimento da realidade do educando na medida, também, em que os dois se relacionam e a realidade deste, principalmente, vai sendo transformada. Vygotsky defende a ideia de que o processo educacional é um processo psicológico, que o conhe-

cimento dos fundamentos gerais da psicologia evidentemente é de tremenda ajuda nesse sentido.

Ao organizar o meio e a vida da criança, nesse meio, o pedagogo interfere ativamente nos processos de desenvolvimento dos interesses infantis e age sobre eles da mesma forma que influencia todo o comportamento das crianças. Entretanto, sua regra será sempre uma: antes de explicar, interessar; antes de obrigar a agir, preparar para a ação; antes de apelar para reações, preparar a atitude; antes de comunicar alguma coisa nova, suscitar a expectativa do novo. Assim, em termos subjetivos, para o aluno a atitude se revela antes de tudo com certa expectativa da atividade a ser desenvolvida (VYGOTSKY, 2004, p. 163).

Ao mesmo tempo em que Vygotsky construía suas ideias acerca da educação, nos anos 1920 e 1930, o movimento da Escola Nova chegava ao Brasil. Conforme Saviani (2007, p. 205), o educador Lourenço Filho foi uma figura-chave no processo de desenvolvimento e divulgação das ideias pedagógicas dessa nova pedagogia. O ideário escolanovista teve suas primeiras manifestações nos Estados Unidos e Europa, nas décadas finais do século XIX e iniciais do século seguinte. Aqui, principalmente através de Lourenço Pinto, a divulgação dessa pedagogia se dá a partir dos anos 1930. O tema ganha destaque nacional com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. O documento recebeu a assinatura de 26 dos principais educadores do país à época e deveria servir de guia para as mudanças educacionais que se pretendiam para o Brasil pós revolução de 1930.

O destaque que se quer dar ao Manifesto diz respeito ao que os elaboradores do documento chamaram de “bases psicobiológicas da educação”. Para fazer isso recorresse a Saviani em sua obra “História das Idéias Pedagógicas” no Brasil, em que ele pontua a questão: O autor começa observando que a experiência renovadora considerava o conceito e os fundamentos da Educação Nova para reconfigurar o processo educativo. A base de tudo estava no desenvolvimento científico que veio libertar a educação do empirismo, a nova doutrina já não concebe o educando como sendo modelado do exterior, como o fazia a escola tradicional. Entende, ao contrário, que a educação é uma atividade complexa que se dá de “dentro para fora”, transferindo “para a criança e para o respeito de sua personalidade o eixo da escola e o centro da gravidade do problema educação.” (2007, p. 246). Em seguida acrescenta outro ponto

do documento que diz que a escola deverá deixar de ser um aparelho formal, desligado do meio social, e transformar-se num organismo vivo, constituindo-se como uma comunidade em miniatura, de modo que coloque as crianças em contato direto com o ambiente que as rodeia (SAVIANI, p. 247).

Romanelli (1986, p. 146), revela que o Manifesto apresenta a novidade de vislumbrar a educação como um problema social, para em seguida destacar que a nova concepção de educação leva em conta primeiro o educando, com seu interesse, suas aptidões e tendências, sendo ele o centro da ação pedagógica. A observação final de Romanelli sobre o assunto coincide com a percepção geral de Vygotsky que se busca transmitir no início deste trabalho. Ela diz que a Escola Nova “[...] preconiza, portanto, a mudança de métodos educacionais fundamentando seu parecer sobre as descobertas da psicologia.” (idem, p. 147).

A psicologia passa a ter uma influência muito forte sobre a educação. É ela quem credita à realidade do aluno uma relevância muito grande. Foi o que percebeu o educador brasileiro Paulo Freire. Ele dá um valor substancial à realidade do educando. Todas as análises deste autor remetem, quase invariavelmente, ao mundo que cerca a pessoa que aprende. Para ele, um professor tem que ser crítico de seu fazer em que “nas condições de verdadeira aprendizagem os educando vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo.” (FREIRE, 1996, p. 29). Ele avalia que se o professor não tem essa consciência, isto é, é muito mais um repetidor cadenciado de frases e de ideias inertes do que um desafiador, está diante da impossibilidade de vir a tornar-se um professor crítico. Segundo Freire (1996, p. 33), o ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, por isso mesmo, professor e escola “[...] têm o dever de não só respeitar os saberes com que os educando, sobretudo os das classes populares, chegam a ela, saberes socialmente construídos na prática comunitária, mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino do conteúdo.”

É farta a bibliografia em torno deste tema e o assunto é de conhecimento de escolas de pedagogia do país e os autores mencionados, e muitos outros, embasam as discussões nas salas formadoras dos mestres. No entanto, concorda-se com Pedro Demo na análise pessimista em torno da formação e da capacidade dos professores em aplicar o que aprenderam em sala de aula. “Mesmo com os aportes extraordinários de Piaget e de tantos outros que vieram depois, sobretu-

do da atual biologia da aprendizagem, a escola continua instrucionista ao extremo.” (2008, p. 124). Ele explica que o instrucionismo trata a aprendizagem como fenômeno linear: de cima para baixo, de fora para dentro, em contexto autoritário da obediência weberiana. Daí surge o conceito completamente equivocado de “transmissão de conhecimento” e mesmo de “aquisição de conhecimento” (Idem, p. 134). Resumindo, o autor diz que os novos suportes tecnológicos estão longe de trazer a realidade do aluno para as salas de aula, pelo contrário:

Grande parte das propostas de teleeducação, de salas ditas interativas de materiais didáticos que se querem complexos, é reprodução instrucionista, porque ainda está longe dos compromissos com pesquisa e elaboração própria, ou seja, da aprendizagem reconstitutiva política (DEMO, 2008, p. 185).

Um trabalho de pesquisa realizado por Elvini Dalla Nora, para sua dissertação de Mestrado em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, aponta alguns resultados interessantes diante da abordagem que se faz. O levantamento foi feito junto a dez professores de primeira série de ensino fundamental, de escolas públicas que congregam a Gerência Regional de Educação, Ciência e Tecnologia – GEECT, de Joaçaba, SC, em 2004. A intenção da autora, entre outras tentativas, foi inferir o conhecimento dos mestres sobre o tema letramento e alguns pressupostos pedagógicos presentes em Paulo Freire, Vygotsky e Magda Soares. A autora da dissertação buscou também aproximar as ideias de Vygotsky e Freire no desenvolvimento do trabalho e ao final destacou as coincidências consideradas:

a prática pedagógica problematizadora e significativa; o aluno como sujeito ativo do processo de aprendizagem; o professor como orientador e estimulador do processo de aprendizagem; a dialogicidade; a valorização do saber que o aluno adquire historicamente; a interação social desempenha um papel fundamental na apropriação do conhecimento; a importância do contato com a escrita e a leitura no processo de alfabetização (DALLA NORA, 2006, p. 62).

Ainda no referencial teórico sobre o trabalho, a autora da dissertação procurou diferenciar alfabetização de letramento, sendo este a capacidade que o aluno tem de saber ler e escrever e saber fazer uso com competência e frequência da função social da escrita e da leitura. As opiniões coletadas por Dalla

Nora mostraram um quadro preocupante. Os dados da pesquisa revelaram que há um predomínio na adoção de uma abordagem mecânica da escrita e da leitura, caracterizada por uma ênfase na reprodução. Apesar das diferenças nos conceitos de alfabetização e letramento, diz a autora, percebeu-se nas manifestações das pesquisadas, que prevaleceram as concepções mais “antigas” de alfabetização e pouco conhecimento das concepções mais atuais. A maioria dos professores demonstrou que não aplica uma metodologia com orientação construtivista, conforme os preceitos de Paulo Freire e Vygotsky, apesar de terem conhecimento dos métodos que preveem a construção do conhecimento.

Com base no que foi dito até agora, há uma grande dificuldade dos professores em trabalhar conteúdos que envolvam a realidade do aluno e, portanto, o aprendizado não tem sido interessado e crítico sobre o mundo que cerca quem aprende. A escola demonstra, assim, que não está conseguindo fazer com que as crianças tragam para a sala de aula o conhecimento prévio que possuem, ou que não está interessada em usar este saber para construir novos conhecimentos na relação ensino/aprendizagem. Pode-se inferir que o caminho de casa até a escola não está funcionando como um canal para transferência de informações.

A seguir, delinear-se um caminho para que a comunicação escola-família possa ser melhorada. O estudo é baseado na suposição da existência de um Sistema Nacional de Educação defendido atualmente, principalmente, por Dermeval Saviani. Nesta parte, comparo-se esse suposto Sistema Nacional de Ensino com o Sistema Único de Saúde do Brasil para ao final do texto sugerir a criação da função do Agente Escolar para realizar o trabalho de comunicação direta entre a escola e a família, conforme tento explicar melhor abaixo.

### **3 UM SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

As primeiras manifestações a favor da criação de um Sistema Nacional de Educação só surgiram ao final da República Velha, na década de 1920. O primeiro a pensar a temática no Brasil e a colocar em prática iniciativas nesse sentido foi o educador Anísio Teixeira (SAVIANI, 2007, p. 225). Quando diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, em 1930, demonstrou sua visão de sistema de ensino ao introduzir uma série de serviços centralizados, entre eles, o de matrícula, de frequência e obrigatoriedade escolar. Os anos 1930 foram o

nascedouro mundial do chamado Estado de bem-estar social, que se converteu na forma dominante no Ocidente, especialmente na Europa, durante todo o período situado entre as décadas de 1930 e 1970. Anísio Teixeira estava atento à conjuntura mundial daquele momento e sabia das mudanças que ocorriam,

[...] para Anísio o Estado precisa abandonar o papel de espectador e assumir o papel regulador, não há como não recordar nesse momento da teoria keynesiana, que implica justamente a redefinição do papel do Estado em suas relações com a economia, que de uma certa forma aí se faz presente (SAVIANI, 2007, p. 225).

A partir deste momento, o pensamento em torno da criação de um Sistema Nacional de Educação se torna cada vez mais frequente. Na Constituição de 1934, ele aparece pela primeira vez nas Leis sobre educação. Depois, em 1946 reaparece de forma mais tímida. “No anteprojeto da comissão, o sentido descentralizador foi incorporado de forma moderada à vista do estabelecido na Constituição e das peculiaridades da situação brasileira. Assim, o foco foi posto nos sistemas estaduais, admitindo-se, porém, o sistema federal com caráter supletivo.” (2007, p. 282). Na primeira LDB brasileira, promulgada em 20 de dezembro de 1961, a idéia se faz de novo presente. No entanto, a evolução foi relativa, nesse sentido. Para o educador Anísio Teixeira, um dos responsáveis pela elaboração da LDB (Lei n 4024/61), a aprovação das diretrizes e bases da educação nacional significou “meia vitória, mas vitória”. “A vitória só não foi completa em razão das concessões feitas à iniciativa privada, deixando, com isso, de referendar o outro aspecto defendido pelos Pioneiros da Educação Nova: a reconstrução educacional pela via da construção de um sólido sistema público de ensino” (2007, p. 305). Na mais recente LDB, de 1996, crescem as discussões, mas o momento político não é propício. No primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) introduz-se a concepção de Estado mínimo. A educação perde espaço e “[...] essa concepção incorpora a avaliação de que o gasto social é o grande vilão e o responsável maior pela crise econômica e do Estado, o que exigiria, em consequência, a revisão, superação ou substituição do Estado-providência.” (ARERALO, 2005, p. 39).

Entre os dias 28 de março e 1. de abril de 2010 aconteceu em Brasília, DF, a 1. Conferência Nacional de Educação, Conae. O centro das discussões do encontro foi a formação de uma Sistema Nacional de Educação. Não por acaso,



o título do evento dizia: *Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação*. Conforme o documento referência<sup>1</sup> para o encontro, o sistema seria articulado no sentido de estabelecer constitucionalmente um regime de colaboração entre sistemas de ensino (federal, estadual/distrital e municipal) para tornar viável o que é comum às esferas do poder público (União, estados/DF e municípios), a garantia de acesso à cultura, à educação e à ciência. O documento também diz que a efetivação do Sistema Nacional de Educação requer o redimensionamento da ação dos entes federados, garantindo diretrizes educacionais comuns a serem implantadas em todo o território nacional, tendo como perspectiva a superação das desigualdades regionais. O Sistema Nacional de Educação assume, assim, o papel de articulador, normatizador, coordenador e, sempre que necessário, financiador dos sistemas de ensino (federal, estadual/DF e municipal, garantindo finalidades, diretrizes e estratégias educacionais comuns, mas mantendo as especificidades próprias de cada um.

### 3.1 SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Diante desta temática, as comparações entre um Sistema Nacional para a Educação e o SUS, Sistema Único de Saúde, foram inevitáveis. Nos meios de comunicação, o assunto ganhou destaque e não faltaram defensores e críticos da ideia. A Gazeta do Povo do Paraná (DUARTE, 2010) trouxe uma matéria com duas opiniões significativas sobre o sistema. Sob o título “Um SUS para a educação”, o periódico destacou a manifestação da professora da Universidade de Brasília (UnB) Regina Gracindo Vinhaes, especialista que integra o Conselho Nacional da Educação (CNE), que afirmou não ser suficiente apenas uma legislação que crie Sistema Nacional. Na opinião dela é necessária uma mobilização por parte da sociedade. Na reportagem, Regina lembrou que a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) já dispõem sobre um regime de colaboração entre estados e municípios, o que não ocorre na prática. “Será que precisa só de regulamentação ou é necessário de mobilização para a implantação deste sistema?”. O Jornal também colocou a opinião do professor emérito na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Der-

meval Saviani que lembrou que o Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb) é uma mostra de que o Sistema já funciona, pelo menos em âmbito virtual. “Fala-se muito em autonomia dos municípios, mas que autonomia é esta? Eles não têm condições de cuidar da educação sozinhos, então não são autônomos,” disse. Ao final, a matéria trazia mais uma vez a visão de Regina Vinhaes que fez uma crítica importante sobre a comparação. A professora da UNB disse não concordar que a construção do Sistema Nacional de Educação possa ser comparada com o SUS. “A comparação não é legal. O SUS pode nos trazer algumas indicações positivas, exemplos de ações que deram certo e outras que não devem ser copiadas. No SUS, o repasse de verbas para instituições privadas é maior do que para as públicas, isso não pode ser repetido”, alertou ela.

Na comparação com o SUS, a despeito das críticas existentes, o que mais interessa a este trabalho é estabelecer uma relação com o Agente Comunitário de Saúde.<sup>2</sup> É o papel deste profissional que se quer relacionar com a educação. O Sistema SUS, por meio do PSF, com o trabalho deste agente tem dado demonstrações de que consegue promover uma ligação das famílias com os setores da Saúde bastante eficiente, uma situação que a Educação no Brasil ainda não conseguiu realizar. Supondo-se que houvesse um Sistema Nacional de Educação no país, um profissional, imbuído dos conhecimentos necessários na área de educação, que aqui já chamei de Agente Escolar, poderia realizar a tão desejada aproximação da escola com a família. Com o conhecimento das condições necessárias para o ambiente doméstico ser favorável ao hábito da leitura, ele orientaria as famílias para esta reconstrução da realidade.

A seguir, discorresse sobre os desafios da escola diante de uma realidade tão precária dos alunos. Apresento-se uma pesquisa que revela a quase inexistência de literatura infantil nos lares pesquisados, evidenciando a necessidade de uma mudança nesses ambientes domésticos.

## **4 AS CONDIÇÕES DOMÉSTICAS E O HÁBITO DA LEITURA**

Em 2009, uma pesquisa desenvolvida por este autor encontrou uma situação bastante curiosa em relação ao hábito de leitura entre as crianças de uma

escola. A pesquisa foi dirigida para os pais dos alunos do ensino pré-escolar e do primeiro ano do Grupo Escolar Municipal Parque de Exposições, de Concórdia, SC. O trabalho aconteceu na segunda quinzena de abril de 2009. O questionário enviado aos pais tinha seis questões. Apenas uma das perguntas era discursiva. Foram distribuídos 18 questionários para as famílias. Quinze foram devolvidos com as respostas preenchidas.

O objetivo da pesquisa foi descobrir o hábito de leitura das famílias. Os resultados mostraram que metade das famílias lê duas ou mais vezes por semana livros junto com os filhos, a outra metade diz ler apenas uma vez por semana e, somente, uma família tem o hábito de ler todos os dias histórias em casa. Uma tentativa de realizar uma atividade posterior à pesquisa demonstrou que a maioria das famílias não dispõe de livros infantis em casa. A proposta deste autor para que os coleguinhos de aula trocassem livros infantis, como forma de incentivar a leitura, não teve aceitação, simplesmente porque os alunos não possuíam em casa livros do gênero e só dispunham daqueles que a escola, eventualmente, oferecia a eles para leitura com os pais.

A situação analisada causou surpresa à diretora da escola que, segundo opinou, não imaginava que fossem tão precárias em bibliografias infantis às famílias dos alunos do estabelecimento. As professoras dos alunos também manifestaram surpresa diante da constatação.

A conclusão de que as crianças fazem pouca leitura de texto em casa vai ao encontro do que preconiza o francês Pierre Bourdieu em sua principal obra *A Reprodução* (Bourdieu & Passeron, 1992). Sob a ótica dos estudos dele, do *habitus* adquirido no ambiente familiar, a escola vai ter dificuldade em transformar a realidade de crianças que estão distantes do universo da leitura e de outras manifestações culturais a partir do ambiente doméstico. Para esclarecer melhor a relação com a obra de Nogueira e Nogueira (2009), na qual os autores fazem uma análise das ideias do teórico francês. Os dois autores revelam que para Bourdieu a escola simplesmente reproduz e legitima as desigualdades sociais. Em outras palavras, crianças que possuem, o que Bourdieu chama de capital cultural e mais precisamente de cultura escolar, têm mais chances de obter sucesso na escola do que os que não têm.

[...] para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola igno-

re, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais (BOURDIEU apud NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009, p. 73).

Assim, é bem provável que quem entrou na escola pouco afeito à leitura vai permanecer assim, pois “[...] a escola privilegiária, dissimuladamente, quem, por sua bagagem familiar, já é privilegiado.” (idem, idem). É o mesmo que dizer que para quem pertence às classes dominantes, a cultura escolar seria sua cultura “natal”, reelaborada e sistematizada. Para quem não pertence às elites, seria como uma cultura “estrangeira”.

No entanto, o autor não descarta a possibilidade de alguém despossuído atingir o mesmo grau de desempenho do que alguém de uma classe mais favorecida que esteja frequentando a mesma instituição de ensino. A diferença vai estar na possibilidade que a escola possa oferecer para o aluno desvendar seu papel no espaço social. A escola como agente da mudança, diz Bourdieu, junto com o aluno deve conhecer o campo, o *habitus* nele vigente, os capitais que por ele circulam e são valorizados e os grupos que o compõem. Nesse ponto, num processo de desnaturalização da realidade, o teórico brasileiro Dermeval Saviani faz uma análise importante. Saviani diz que a teoria Bourdieusiana, ou a teoria crítico reprodutivista, revela ser capaz de fazer a crítica do existente, de explicitar quais os mecanismos dessa realidade, “[...] mas não tem proposta de intervenção prática, isto é, limita-se a constatar e, mais do que isso, a constatar que é assim e não pode ser de outro jeito.” (SAVIANI, 1995, p. 79). Se como diz Bourdieu para a escola a cultura dominante é a cultura legítima, Saviani defende que os menos favorecidos devam se apoderar desses conhecimentos para um processo de superação da realidade. “O povo precisa da escola para ter acesso ao saber erudito, ao saber sistematizado e, em conseqüência, para expressar de forma elaborada os conteúdos da cultura popular que correspondem aos seus interesses” (Idem, p. 95). Ou como diz Vygotsky, “[...] sobre o professor recai um novo papel importante. Cabe-lhe tornar-se o organizador do meio social que é o único fator educativo. Onde ele desempenha o papel de simples bomba que inunda os alunos com conhecimento pode ser substituído com êxito por um manual, um dicionário, um mapa, uma excursão.” (2004, p. 448). Eu diria que a escola precisa sair da escola. Se a realidade do aluno não está ultra-

passando os portões escolares, a escola poderia lançar mão de um artifício que permitisse o conhecimento *in loco* dessa realidade. Ao mesmo tempo em que vai conhecer as condições domésticas dos alunos, ela ajudaria a transformá-la num espaço adequado para o aluno se sentir motivado para o estudo.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho procurou demonstrar que o conhecimento da realidade do aluno é condição fundamental para o sucesso do processo ensino/aprendizagem. Ao mesmo tempo buscou demonstrar também que, apesar de todo o conhecimento que se tem sobre essa necessidade e da consciência dos professores em torno do assunto, a educação no Brasil ainda é instrucionista, isto é, está longe de levar em conta o a realidade de quem aprende. A escola desconhece a realidade de quem ela precisa ajudar a transformar. Pode-se concluir, pelas pesquisas apresentadas, que a realidade de algumas famílias não favorece o hábito da leitura em casa. E que, por isso, a escola precisa desenvolver um novo papel. Sugere-se aqui que a escola deva ir até às famílias para conhecer a realidade delas. Conhecer e depois intervir nessa realidade doméstica com o intuito de orientar as famílias para desenvolver ações favoráveis ao gosto pelo estudo, ou seja, desempenhar um papel semelhante ao que realiza o Programa Saúde da Família, por intermédio do Agente Comunitário de Saúde. Munida do conhecimento em torno das condições necessárias para tal empresa, acredita-se que a escola é capaz de causar uma influência positiva de motivação no ambiente familiar para provocar uma transformação na realidade posta e, assim, atingir o objetivo maior dos agentes envolvidos no processo: dos menos favorecidos frequentarem o ambiente escolar com a transformação do ambiente externo e de si mesmo. O Agente Escolar, conforme proposto aqui, desenvolveria esse papel baseado em estudos científicos sobre a realidade ideal para que os lares menos favorecidos se transformem em ambientes favoráveis para o desenvolvimento da cultura escolar em família.

*Communication between school and family: building a favorable environment for enjoying reading*

*Abstract*

*This essay's target is to discuss on more efficient communication between school and the family in order to get a better performance of the teaching/learning process. From this, we discuss the relevance of knowledge about the educational process that provides for the construction of knowledge where students and teacher learn while they teach and learn. Discusses the theoretical rules of Vygotsky and Paulo Freire and pioneer of the New School in Brazil. Pierre Bourdieu discusses in an attempt to visualize a way that makes it possible to transform the reality of school students in classes and not just reinforce existing differences. Compare between both systems the governmental Health System (SUS) and the National System of Education and the intention is to suggest that the school system build a direct channel of communication and more efficient way with the families and work along with the families in order to create a favorable environmental for reading creating the habit of reading as well. Therefore, it suggest that the school has big difficulties to bring the student real life to the school environmental and that the reality of the families does not help much the children to enjoy reading. It concludes by pointing out that the school has difficulty in bringing the reality of the student to the school environment and that the reality of some families does not motivate a child to enjoy reading. Therefore, it suggests that education professionals with families act to transform the domestic environment in a healthy space for the study.*

*Keywords: Habit of Reading. Read. School and family. Teaching/Learning.*

Notas explicativas

<sup>1</sup> Conae 2010-Conferência Nacional de Educação. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Documento Referência - Ministério da Educação.

<sup>2</sup> Profissional de Saúde que atende as famílias em domicílio e realiza o mapeamento de cada, o cadastramento das famílias e estimula a comunidade para práticas que proporcionem melhores condições de saúde.

## REFERÊNCIAS

- ARERALO, Lisete R. G. Educação básica no século XXI: tendências e perspectivas. **Revista Impulso**, Piracicaba, Unimep, v. 40, n. 16, p. 35-53, 3 out. 2005.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1992.
- DEMO, Pedro. **Complexidade e aprendizagem**: A dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo, Atlas, 2008.
- DALLA NORA, Elvini. **Alfabetização e letramento**: o que dizem e fazem professores de 1ª série do ensino fundamental. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2006.
- DUARTE, Tatiana. **Um “SUS” para a educação**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/ensino/conteudo.phtml?id=987702>> Acesso em: 2 dez. 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, Vozes, 1986.
- SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, Autores associados, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia Histórico-crítica**: Primeiras aproximações. Campinas, SP, Autores associados, 1995.
- VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

Recebido em 24 de outubro de 2011

Aceito em 20 de dezembro de 2011

